

NITERÓI PREV

**Concurso Público
Edital 01/2025**



Técnico Previdenciário

TARDE

PROVA TIPO 1 – BRANCA

CARGO: TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO

MÓDULO I – CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 01 a 05.

Viu essa? O gesto de corredor niteroiense que chamou a atenção do mundo

“Na hora, me pareceu o óbvio a fazer”, contou o engenheiro Pedro Arieta, que interrompeu a corrida para ajudar homem que passava mal

Imagine ser um corredor perto da linha de chegada após 2h40 e 42 quilômetros de um esforço intenso. Imagine também parar de correr para ajudar uma pessoa desconhecida faltando 200 metros para o final.

Foi o que aconteceu com o engenheiro niteroiense Pedro Arieta, de 34 anos, na Maratona de Boston, nos Estados Unidos, disputada na última segunda (21).

Foi a primeira vez que Pedro participou da prova e ele tinha como meta completar o percurso justamente em 2h40, mas tudo mudou quando ele percebeu que um dos competidores estava passando mal.

“Naquele momento, a vida passava na memória: o treinamento até ali, a corrida e aí vi o rapaz abaixado. Não tem muito o que pensar. Tentei levantá-lo com a força do braço e não consegui. Pedi para ele olhar para a chegada e disse que iríamos seguir juntos. E assim foi”, contou o niteroiense ao portal G1.

A cena foi filmada por diversos espectadores concentrados perto da linha de chegada. Divulgadas nas redes sociais, as imagens correram o mundo. Pedro afirmou que esse foi o melhor momento da prova.

“Depois que viraliza, a gente percebe que o simples faz a diferença. Na hora, me pareceu o óbvio a fazer. Não tinha como passar por ele sem fazer nada”, contou o engenheiro, cuja atitude foi exaltada até pelo prefeito de Niterói, Rodrigo Neves.

A esposa de Pedro, Luiza Cravo, também de Niterói e também corredora, foi a brasileira mais bem colocada na prova. Ela foi a primeira a celebrar o ato heroico do marido.

Depois de cruzar a linha de chegada, Pedro ajudou o homem que estava passando mal a encontrar ajuda médica. Ele é americano e se chama Sean. A família do atleta agradeceu a Pedro pelo auxílio.

(Disponível em: <https://vejario.abril.com.br>. Acesso em: abril de 2025. Adaptado.)

Questão 01

Considerando o título do texto, é possível reconhecer o emprego de estrutura linguística como estratégia que permite o estabelecimento de interação com o interlocutor diante do texto apresentado; trata-se de:

- A) Forma verbal “viu”.
- B) Forma nominal que especifica “gesto”.
- C) Complemento nominal que especifica “atenção”.
- D) Destaque para a expressão “O gesto do corredor”.

Questão 02

De acordo com o contexto e considerando o texto em sua totalidade, o trecho “Depois que viraliza, a gente percebe que o simples faz a diferença.” (6º§) pode ser corretamente compreendido de acordo com o indicado em:

- A) Os atos menosprezados por um grupo de pessoas específico sempre produzem diferenças positivas.
- B) As reações de determinado público podem provocar sentidos diversos a partir de mudanças de mentalidade.
- C) Para o corredor, a importância de determinados atos está vinculada às postagens realizadas em redes sociais.
- D) Os efeitos produzidos a partir de situações específicas podem contribuir com a promoção de reflexões pertinentes a elas.

Questão 03

O uso da linguagem culta é predominante no texto, sendo tal escolha característica do gênero textual apresentado. A relação estabelecida entre os termos destacados a seguir é um exemplo da afirmativa anterior: “A família do atleta agradeceu a Pedro pelo auxílio.” (8º§); o mesmo NÃO pode ser identificado em:

- A) Precisa de melhorias importantes para que continue a trabalhar neste setor.
- B) Pagando ao funcionário sua dívida, já não se sentiria embaraçado com aquela situação.
- C) O presente agradeceu-lhe imensamente, demonstrando que seu trabalho foi reconhecido.
- D) Em sua palestra, afirmou que ter assistido o filme aclamado pela crítica foi fundamental para refletir sobre o assunto abordado.

Questão 04

De acordo com o texto apresentado, só NÃO é possível afirmar que:

- A) No 3º§, o trecho que apresenta uma estrutura adversativa é: “[...] *mas tudo mudou quando ele percebeu que um dos competidores estava passando mal.*”
- B) No 4º§, a escolha pelo emprego do discurso direto, assim como a pontuação que lhe é característica, contribui para conferir ao texto autenticidade e dinamicidade.
- C) A atitude do corredor ao ajudar o concorrente demonstrou possuir propósito diverso do implícito no trecho “*Divulgadas nas redes sociais, as imagens correram o mundo.*” (5º§)
- D) Embora a interlocução tenha sido estabelecida de forma explícita no título do texto, em todo seu desenvolvimento uma nova estratégia de persuasão substitui tal tipo de interlocução.

Questão 05

Uma reescrita possível para o trecho “*A cena foi filmada por diversos espectadores concentrados perto da linha de chegada. Divulgadas nas redes sociais, as imagens correram o mundo.*” (5º§) é:

- A) Tendo sido a cena filmada perto da linha de chegada e divulgada nas redes, correram o mundo.
- B) A cena foi filmada por diversos espectadores concentrados perto da linha de chegada. As imagens, correram o mundo, divulgadas nas redes sociais.
- C) Divulgadas nas redes sociais, as imagens correram o mundo; a cena foi filmada por diversos espectadores concentrados perto da linha de chegada.
- D) A cena foi filmada para muitos espectadores que estavam concentrados perto da linha de chegada. Divulgadas nas redes sociais, as imagens correram o mundo.

Texto para responder às questões de 06 a 08.

Você se considera uma pessoa empática? Estudo revela que existe uma idade onde se alcança o auge da empatia

De acordo com a equipe de psicólogos do estudo, isso sugere que as respostas empáticas são desenvolvidas ao longo da vida

Pessoas no início da vida adulta apresentam maior capacidade de empatia, isto é, de se colocarem no lugar do outro, como mostram evidências de um novo estudo publicado na revista científica *Social Cognitive and Affective Neuroscience*.

Os psicólogos que estudaram o tema descobriram que os jovens adultos são especialmente sensíveis à chamada dor social, que envolve situações de constrangimento, sofrimento e tristeza. Esta faixa etária (dos 20 até os 40 anos) tem a tendência de sentir mais empatia por outras pessoas que vivenciam a dor social do que os adolescentes (10 a 19 anos) ou adultos mais velhos (mais de 60 anos).

“Este estudo fornece *insights* valiosos sobre a natureza complexa das respostas empáticas a outros com dor que atingem o pico na fase adulta jovem, como visto em suas avaliações comportamentais da intensidade da dor sentida por outros”, afirma Heather Ferguson, pesquisadora principal do artigo e professora de psicologia em Kent.

De acordo com a pesquisa, isso sugere que as respostas empáticas são desenvolvidas ao longo da vida, conforme a experiência social e a exposição a diferentes situações sociais e relacionadas à dor aumentam.

Por outro lado, os dados mostraram que depois dos 60, as pessoas tendem a não sentir uma empatia tão forte ao observar a dor de outras pessoas.

“No entanto, o cérebro se torna cada vez mais reativo a ver outros com dor à medida que envelhecemos, o que sugere que adultos mais velhos sentiram empatia no momento em que viram as fotografias de dor – mas foram menos precisos posteriormente ao avaliar a intensidade dessa dor”, conclui.

(Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia>. Acesso em: abril de 2025. Adaptado.)

Questão 06

Apesar de empregada com alguma frequência, qual estrutura NÃO está em conformidade com a linguagem padrão no título “*Você se considera uma pessoa empática? Estudo revela que existe uma idade onde se alcança o auge da empatia*”?

- A) “*Estudo revela*”
- B) “*uma idade onde*”
- C) “*Você se considera*”
- D) “*o auge da empatia*”

Questão 07

Considerando as informações expressas nos dois últimos parágrafos, pode-se afirmar que:

- A) Há informações contraditórias.
- B) Há incoerência quanto aos fatos apresentados.
- C) O uso de expressões adversativas contribui para a produção do sentido desejado.
- D) A expressão “*mas foram menos precisos*” (6º§) confirma a falta de empatia de um determinado segmento.

Questão 08

As ocorrências de crase em “*sensíveis à chamada dor social*” (2º§) e “*relacionadas à dor aumentam*” (4º§) se justificam de acordo com:

- A) Especificação do termo regente.
- B) Transitividade verbal indicada: direta e indireta.
- C) O sentido da palavra “*dor*” no contexto apresentado.
- D) Relação de regência associada à presença de artigo feminino.

Questão 09

Sabendo-se que na redação oficial é necessário empregar a linguagem escrita na modalidade formal ao redigir os textos produzidos pelo serviço público, assinale a afirmativa correta.

- A) O uso de arcaísmos, em determinados textos oficiais, é uma marca de formalidade própria da redação oficial.
- B) A linguagem formal está relacionada à norma padrão da língua, isto é, é regida pelas regras da gramática normativa.
- C) O uso de uma linguagem específica – portanto, restrita a determinados grupos – é uma característica da redação oficial.
- D) Expressões regionais e idiomáticas devem estar presentes nos textos oficiais, pois representam a identidade de um povo por meio da sua língua.

Questão 10

Dentre as partes que compõem a estrutura do ofício, o vocativo deve ser empregado de acordo com o cargo que o destinatário ocupa. Relacione adequadamente as colunas a seguir de acordo com o grau de formalidade requerida no ofício.

1. Adequado.

2. Inadequado.

- () Senhor José.
- () Prezado José.
- () Senhor Deputado.
- () Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A sequência está correta em

- A) 1, 1, 2, 1.
- B) 1, 1, 2, 2.
- C) 1, 2, 1, 1.
- D) 2, 2, 1, 2.

Texto para responder às questões de **11** a **20**.

“Me corrige”, pede o pronome

Me parece cada vez mais claro que o pronome átono em início de frase, como o que acabo de cometer, será o último dos últimos tabus normativos a ser quebrado pelo inexorável abrasileiramento da língua que se entende e se pratica como nossa norma culta.

É claro que me refiro à língua escrita. Sabe-se que, falando, a maior parte dos brasileiros iniciaria assim esta frase: “Se sabe que...”. Isso inclui pessoas de alta escolaridade e não exclui situações em que a comunicação prevê certa cerimônia.

Já nos anos 1920, no poema “Pronominais”, Oswald de Andrade brincava com esse descompasso: “Dê-me um cigarro/ Diz a gramática/ Do professor e do aluno/ E do mulato sabido./ Mas o bom negro e o bom branco/ Da Nação Brasileira/ Dizem todos os dias/ Deixa disso camarada/ Me dá um cigarro”.

O poeminha de Oswald é a mais famosa defesa literária do pronome átono como abre-alas, mas não a única. Desde o modernismo, que tinha entre suas bandeiras aproximar a língua dos livros da que se falava nas ruas, muitos escritores fazem questão de contrariar os sábios nesse quesito.

Ao incorrer em suposto crime de lesa-gramática, têm como móvel a busca da coloquialidade e como defesa a liberdade autoral. No entanto, o que passa como natural em romances, crônicas leves e depoimentos desencanados na *internet* não é admitido de modo algum em textos mais formais. Cem anos depois, o tal crime insiste em não prescrever.

(Saiba, caro leitor, que a abertura desta coluna – um pronome átono inaugurando não apenas a frase, mas o texto inteiro! – só pôde chegar até você porque o colunista brigou por ela, jogando na mesa a grave carta da metalinguagem. A regra de qualquer jornal digno desse nome é tratar o pronome átono em início de período como erro clamoroso, e ponto final.)

No livro “Oficina de Texto”, um guia de redação sensatamente equilibrado entre tradição e modernidade, o linguista Carlos Alberto Faraco e o romancista Cristovão Tezza escrevem o seguinte: “Resta praticamente uma única regra universal na colocação de pronomes da língua-padrão escrita: jamais comece uma sentença com pronome átono”.

Logo em seguida reconhecem que talvez esse não seja bem o único mandamento restante. Para poupar dor de cabeça com revisores e corretores de provas, dizem, vale a pena seguir também a regra “bastante duvidosa” das tais palavras atrativas, como “que”, “quando” e “não”, que sempre puxariam o pronome átono para junto de si: “Não se sabe”, “Quando me dei conta...” etc.

No mais, Faraco e Tezza dão ao leitor a bússola de colocação pronominal que julgo definitiva: “Prefira a forma que soar melhor”. Se você é brasileiro e não se chama Michel Temer, isso exclui quase certamente a mesóclise (insiste e corrigir-te-ei), além de limitar a lusitana ênclise, isto é, o pronome átono que vem depois do verbo: “Dê-me isso”. Nossa inclinação é naturalmente próclítica.

O gramático Manuel Said Ali (1861-1953) foi um pioneiro defensor da colocação de pronomes à moda da casa, contra o lusocentrismo dominante em sua época e ainda hoje presente na gramática normativa.

Argumentava que “a pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portugueses”.

Tudo isso é lindo, mas convém ter sempre em mente o último tabu. Me faça o favor de contrariar sua fala e escrever “Faça-me o favor”, a menos que queira marcar uma posição. Se prepare, nesse caso, para as consequências.

(RODRIGUES, Sérgio. “Me corrige”, pede o pronome. *Folha de S. Paulo*, 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues>. Acesso em: maio de 2025. Adaptado.)

Questão 11

Segundo o texto, em início de período, a posição enclítica do pronome oblíquo átono ainda é norma:

- A) Na modalidade falada e no registro formal da linguagem.
- B) Na modalidade escrita e no registro formal da linguagem.
- C) Na modalidade falada e no registro informal da linguagem.
- D) Na modalidade escrita e no registro informal da linguagem.

Questão 12

A colocação pronominal brasileira e a lusitana se diferenciam, conforme o texto, por razões de ordem:

- A) Sintática.
- B) Estilística.
- C) Fonológica.
- D) Morfológica.

Questão 13

Acerca das ideias veiculadas no texto, é INCORRETO afirmar que:

- A) Em contextos com alguma formalidade, a próclise se faz presente.
- B) Em começo de frase, nos textos formais, a próclise é regra universal.
- C) Praticamente inexistente a mesóclise no português brasileiro moderno.
- D) Em situações monitoradas de escrita, é prescrito o emprego da ênclise.

Questão 14

Observe que as palavras destacadas nos enunciados a seguir foram empregadas em sentido conotativo. Assinale a afirmativa que melhor traduz o sentido do termo destacado, considerando seu emprego no texto.

- A) “[...] tinha entre suas bandeiras aproximar a língua dos livros [...]” (4º§) – estandarte
- B) “[...] poupar dor de cabeça com revisores e corretores de provas [...]” (8º§) – transtorno
- C) “[...] a mais famosa defesa literária do pronome átono como abre-alas [...]” (4º§) – adereço
- D) “[...] dão ao leitor a bússola de colocação pronominal que julgo definitiva. [...]” (9º§) – dispositivo

Questão 15

As informações contidas no 6º§ confirmam que a próclise, em início de frase:

- A) Tem seu emprego restrito à escrita padrão.
- B) É tratada como erro até na escrita informal.
- C) Continua rejeitada pela norma culta escrita.
- D) É amplamente utilizada na linguagem falada.

Questão 16

“O último tabu” (12º§), a que se refere o autor, pode ser ilustrado com a seguinte passagem do texto:

- A) “corrigir-te-ei” (9º§)
- B) “Faça-me o favor” (12º§)
- C) “Me dá um cigarro” (3º§)
- D) “Quando me dei conta” (8º§)

Questão 17

A função sintática desempenhada pelo termo destacado no oitavo verso do poema de Oswald de Andrade – “*Deixa disso camarada*” (3º§) – é a mesma observada em:

- A) “No livro” (7º§)
- B) “proclítica” (9º§)
- C) “caro leitor” (6º§)
- D) “o poeminha” (4º§)

Questão 18

Releia esta passagem do 7º§: “*Resta praticamente uma única regra universal na colocação de pronomes da língua-padrão escrita: jamais comece uma sentença com pronome átono.*” Assinale o único enunciado que NÃO começou com pronome oblíquo átono.

- A) “Se prepare, nesse caso, para as consequências.” (12º§)
- B) “Me parece cada vez mais claro que o pronome [...]” (1º§)
- C) “Me faça o favor de contrariar sua fala e escrever [...]” (12º§)
- D) “Se você é brasileiro e não se chama Michel Temer, [...]” (9º§)

Questão 19

A respeito das relações de concordância entre verbos e seus sujeitos, são feitas as seguintes afirmativas; analise-as.

- I. “Para poupar dor de cabeça com revisores e corretores de provas, dizem, vale a pena seguir também a regra [...]” (8º§)
O sujeito de “dizem” é indeterminado, pois não é possível identificar, textualmente, o agente responsável pela realização da ação expressa pelo verbo.
- II. “Isso inclui pessoas de alta escolaridade e não exclui situações em que a comunicação prevê certa cerimônia.” (2º§)
O sujeito de “exclui” é o mesmo de “inclui”.
- III. “Ao incorrer em suposto crime de lesa-gramática, têm como móvel a busca da coloquialidade e como defesa a liberdade autoral.” (5º§)
O sujeito de “têm” possui dois núcleos; por isso, a forma verbal “têm” recebe acento circunflexo, uma vez que está flexionada na terceira pessoa do plural.
- IV. “Prefira a forma que soar melhor.” (9º§)
Em construções com verbo no imperativo, normalmente o sujeito permanece implícito no contexto.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

Questão 20

Considere a passagem: “*Me parece cada vez mais claro que o pronome átono em início de frase, como o que acabo de cometer, será o último dos últimos tabus normativos a ser quebrado pelo inexorável abrasileiramento da língua que se entende e se pratica como nossa norma culta.*” (1º§). De acordo com as normas prescritas pelo Manual de Redação da Presidência da República (2018) para a elaboração de documentos oficiais, só NÃO se pode constatar, nesse fragmento, a infração ao princípio da:

- A) Coesão.
- B) Norma culta.
- C) Objetividade.
- D) Impessoalidade.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 21

O servidor público deve exercer suas funções com zelo e dedicação, buscando evitar danos tanto a administração pública quanto terceiros. Nesse sentido, com base na Lei nº 531/1985, sobre a responsabilidade dos servidores públicos do município de Niterói, assinale a afirmativa correta.

- A) O servidor público municipal que causar dano à Fazenda Municipal poderá ser punido apenas administrativamente, não sendo necessária a reparação civil.
- B) Caso o funcionário público municipal cause danos à Fazenda Municipal, a indenização do prejuízo em nenhuma hipótese poderá ser parcelada, ainda que o servidor tenha agido de boa-fé.
- C) A Fazenda Municipal poderá ajuizar ação regressiva contra o servidor público municipal que tenha causado danos a terceiros, após o trânsito em julgado da decisão que tenha condenado a Fazenda.
- D) A responsabilidade administrativa pode ser atribuída ao servidor público municipal apenas quando houver condenação penal transitada em julgado, não sendo possível cumulá-la com a responsabilidade civil.

Questão 22

Ricardo, 68 anos, servidor público do município de Niterói, solicitou sua aposentadoria por invalidez após um acidente que resultou em um quadro de incapacidade permanente, conforme laudo médico oficial. A Junta Médica concluiu que sua incapacidade é definitiva, antes de completar o prazo da licença contínua. Diante disso, de acordo com o que diz a Lei nº 531/1985, assinale, a seguir, a providência correta quanto ao procedimento de aposentadoria de Ricardo.

- A) Ricardo poderá ser aposentado por invalidez, mas somente após o período de doze meses de licença contínua, independentemente do parecer da Junta Médica.
- B) Ainda que a Junta Médica tenha constatado a incapacidade definitiva, Ricardo somente poderá se aposentar por invalidez após permanecer afastado pelo tempo mínimo de seis meses em licença.
- C) A conclusão da Junta Médica pela incapacidade definitiva apenas autoriza Ricardo a permanecer em licença médica sem necessidade de nova avaliação, mas não permite a aposentadoria antecipada.
- D) Embora a aposentadoria por invalidez deva ser precedida de licença contínua por um período de até doze meses, Ricardo poderá se aposentar desde logo, haja vista que a Junta Médica concluiu pela sua incapacidade definitiva.

Questão 23

À luz da Lei nº 3.851/2023, que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Niterói Prev, o adicional de qualificação configura um incentivo remuneratório vinculado à formação acadêmica do servidor, observados os critérios específicos quanto à natureza do curso e sua pertinência às funções do cargo ocupado. Considerando o disposto no art. 10 e no Anexo V da referida Lei, é correto afirmar que:

- A) A concessão do adicional de qualificação incidirá sobre a totalidade da remuneração do servidor e sempre ocorrerá automaticamente na data da conclusão do curso.
- B) O percentual do adicional de qualificação é fixado em quinze por cento para cursos de especialização e dez por cento para cursos de mestrado, incidindo sobre a totalidade da remuneração do servidor.
- C) O servidor da Niterói Prev poderá perceber cumulativamente os percentuais de adicional de qualificação referentes a cursos de especialização e mestrado, desde que ambos sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação e pertinentes ao cargo.
- D) O adicional de qualificação será concedido a partir da data da apresentação do título, diploma ou certificado à administração, considerando apenas cursos e instituições reconhecidos pelo Ministério da Educação, e sem possibilidade de cumulação de percentuais.

Questão 24

Com base na Lei nº 531/1985, que institui o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói, no que tange às penas disciplinares aplicáveis aos servidores públicos e os requisitos para sua imposição, assinale a afirmativa correta.

- A) A aplicação da destituição de função prescinde da instauração de processo administrativo disciplinar e pode ocorrer por ato direto do Chefe do Poder Executivo, desde que a falta seja considerada de menor gravidade.
- B) A imposição de pena de suspensão superior a trinta dias, de destituição de função ou de demissão, prescinde de processo administrativo disciplinar se o Chefe do Poder Executivo reconhecer a materialidade da infração.
- C) A cassação da aposentadoria é medida restrita às hipóteses de perda da nacionalidade brasileira ou de aplicação de pena criminal de perda da função pública, não sendo cabível por falta grave cometida durante a atividade.
- D) A comprovação de que o servidor, quando no exercício do cargo, aceitou ilegalmente outra função pública com má-fé, autoriza a aplicação da pena de cassação de aposentadoria, desde que precedida de inquérito administrativo.

Questão 25

Luís Gustavo, servidor público efetivo do município de Niterói, trabalha na área de previdência e tem algumas dúvidas sobre as situações que podem modificar o vencimento do seu cargo efetivo. De acordo com a Lei nº 531/1985, que institui o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói, pode-se afirmar que:

- A) Luís Gustavo perderá um terço do vencimento do dia em que não comparecer ao serviço, salvo motivo legal ou moléstia comprovada.
- B) Luís Gustavo perderá a totalidade do vencimento do dia se comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos.
- C) Caso Luís Gustavo se afaste por motivo de condenação definitiva à pena privativa de liberdade, ele perderá dois terços do vencimento do cargo efetivo, desde que a condenação não resulte em demissão.
- D) Luís Gustavo perderá o vencimento do cargo efetivo quando nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, ou designado para servir em órgão de outra esfera do poder público, sem ônus para o município.

Questão 26

Maria Luiza é servidora pública do município de Niterói e atua há doze anos no setor previdenciário. Em razão de grave enfermidade de sua mãe, que depende de cuidados intensivos e exclusivos, ela requereu licença para acompanhar o tratamento médico, informando que a assistência é incompatível com o exercício de suas funções. Após perícia oficial, a Junta Médica do município confirmou a gravidade da doença e a necessidade da assistência pessoal de Maria Luiza. Considerando as regras aplicáveis da Lei nº 531/1985, assinale, a seguir, o procedimento correto que deverá ser adotado.

- A) Maria Luiza terá direito à licença remunerada integralmente até completar doze meses de afastamento, passando a perceber um terço de seus vencimentos apenas se esse período for ultrapassado.
- B) Maria Luiza terá direito à licença, mantendo a percepção integral de seus vencimentos por todo o período da licença, independentemente da duração, desde que o afastamento não ultrapasse dois anos.
- C) Após a concessão da licença, Maria Luiza receberá vencimentos proporcionais desde o início do afastamento, variando entre dois terços e um terço conforme a gravidade da enfermidade constatada pela Junta Médica.
- D) Maria Luiza terá direito à licença, percebendo vencimento e vantagens integrais por até seis meses, e, se ultrapassado esse período, continuará recebendo dois terços da remuneração até o limite máximo de dois anos.

Questão 27

Lucas, servidor aprovado em concurso público para cargo efetivo da Niterói Prev, foi nomeado e tomou posse regularmente. Durante o período de três anos de efetivo exercício, sua atuação foi avaliada periodicamente por comissão designada para esse fim, conforme ato infralegal regulamentador. Ao final do período, constatou-se que Lucas obteve resultado insatisfatório em diversos requisitos avaliados. Com base na Lei nº 3.851/2023 e considerando o regime jurídico aplicável aos servidores da Niterói Prev, é correto afirmar que:

- A) Lucas, em caso de reprovação no estágio probatório, será obrigatoriamente reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, não podendo ser exonerado.
- B) Lucas poderá ser exonerado apenas se houver decisão judicial declarando a sua inaptidão para o serviço público durante o período de estágio probatório.
- C) Lucas poderá ser exonerado do cargo efetivo em decorrência da avaliação insatisfatória no estágio probatório, desde que respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- D) Caso Lucas seja considerado inapto, ele poderá ser exonerado independentemente da observância do contraditório e da ampla defesa, por se tratar de avaliação administrativa discricionária.

Questão 28

As gratificações de desempenho são incentivos financeiros concedidos aos servidores públicos, visando reconhecer o mérito e o cumprimento das atribuições. De acordo com as disposições da Lei nº 3.851/2023, assinale a afirmativa correta a respeito das condições e dos critérios estabelecidos para a concessão da gratificação de desempenho aos servidores da Niterói Prev.

- A) O valor da gratificação será determinado com base em uma avaliação de desempenho de caráter anual, sem considerar faltas ou penalidades disciplinares no período.
- B) A avaliação de desempenho será realizada exclusivamente por meio de avaliação subjetiva dos superiores hierárquicos, sem atribuição de pontuação para os quesitos avaliados.
- C) A gratificação de desempenho será concedida independentemente da obtenção de média na avaliação, bastando que o servidor se destaque em um dos quesitos avaliados.
- D) A gratificação será concedida aos servidores que obtiverem média igual ou superior a 4,0 na avaliação de desempenho, sendo vedado o pagamento em caso de falta não abonada no trimestre de referência.

Questão 29

De acordo com a Lei Orgânica de Niterói, analise as afirmativas a seguir.

- I. O município poderá instituir contribuição cobrada de seus servidores para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social, estando isentos do pagamento das contribuições os segurados na inatividade, desde que seu ingresso tenha se dado quando ainda em efetivo exercício de suas funções.
- II. Em se tratando de lei que disponha sobre aposentadoria de servidores públicos, a iniciativa do respectivo projeto de lei é exclusiva do Prefeito.
- III. O município assegurará aos seus servidores e dependentes, na forma da Lei Municipal, serviços de atendimentos médicos, odontológicos e de assistência social; tais serviços não são extensíveis aos pensionistas do município.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 30

Malaquias é presidente de uma associação de bairros de Niterói. Certo dia, ao debater assunto de interesse da associação juntamente com os membros da entidade, identifica a necessidade de alteração de determinado dispositivo constante da Lei Orgânica Municipal (LOM), a fim de viabilizar política pública de atendimento à população. Com dúvidas acerca do procedimento para aprovação de emendas à referida Lei, procura o advogado Leônidas, seu amigo, visando obter informações a respeito. Dentre as orientações a seguir relacionadas que o causídico forneceu, uma delas é INCORRETA; assinale-a.

- A) A proposta será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias.
- B) A emenda será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.
- C) A emenda à LOM deve ser aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- D) A LOM poderá ser emendada mediante proposta de, no mínimo, a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, ou, ainda, do Prefeito Municipal.

Questão 31

Beatriz, Maria e Juliana são estudantes e se interessaram em prestar concurso público para a Niterói Prev. Certo dia, durante a preparação para o certame, decidiram analisar as disposições da Lei Orgânica Municipal (LOM) acerca de entidades que possuem a natureza jurídica de autarquia. Beatriz afirmou que somente por lei específica poderá ser criada autarquia. Maria, por sua vez, afirmou que a autarquia, embora disponha de patrimônio e receita própria, é órgão do município desprovido de personalidade jurídica. Juliana, por fim, asseverou que é vedado ao município instituir impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços vinculados às finalidades essenciais da autarquia. Da análise das afirmações realizadas por Beatriz, Maria e Juliana, conclui-se que:

- A) Apenas Beatriz está correta.
- B) Apenas Maria e Juliana estão corretas.
- C) Apenas Beatriz e Juliana estão corretas.
- D) Todas as estudantes estão corretas.

Questão 32

Salomão, assessor jurídico da Niterói Prev, recebeu processo administrativo que versa sobre a situação funcional de um servidor da autarquia, para análise e parecer jurídicos. Ao compulsar os autos do procedimento, verificou que das quatro afirmativas a seguir relacionadas, uma é INCORRETA frente ao que dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói (Lei Municipal nº 531/1985); assinale-a.

- A) Para efeito de aposentadoria ou disponibilidade, será computado o tempo de serviço prestado em autarquia instituída pelo poder público.
- B) Não poderão ocupar cargo em comissão os que tenham sido aposentados por invalidez para o servidor público, desde que subsistentes os motivos que determinaram a inatividade.
- C) As regras relativas à proibição de acumular cargos e funções públicas não se aplicam à administração autárquica, às sociedades de economia mista e às empresas públicas, se aplicando, contudo, a cargos ou funções de qualquer modalidade ou emprego no poder público federal, estadual ou municipal, na administração centralizada.
- D) É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concorrente ou simultaneamente em cargos ou funções da União, Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, Autarquias, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações instituídas pelo poder público e entidades de caráter privado mesmo que tenham sido transformadas em estabelecimentos de serviço público.

CONCURSO PÚBLICO – NITERÓI PREV

Questão 33

Em 1º de março de 2030, determinado projeto de lei foi rejeitado pela Câmara Municipal de Niterói. Em 1º de abril de 2030, novo projeto com idêntica matéria foi submetido à apreciação da Casa, mediante proposta da maioria absoluta de seus membros. Acrescenta-se que o referido projeto é de iniciativa da Mesa da Câmara e versava sobre a estabilidade dos servidores públicos do Executivo Municipal. O Prefeito de Niterói tomou conhecimento dos fatos e consultou a Procuradoria responsável pelo seu assessoramento jurídico. Considerando que a Lei Orgânica Municipal (LOM), à época dos fatos, apresente o mesmo texto que está em vigor atualmente, a Procuradoria orientou corretamente que:

- A) Há vício no que se refere à iniciativa da matéria tratada pelo projeto de lei, considerando que o tema é de iniciativa exclusiva do Prefeito.
- B) Como a propositura do novo projeto se deu em sessão legislativa diferente, não há objeção quanto ao prosseguimento de seu trâmite.
- C) O novo projeto só poderia ter sido novamente submetido na próxima legislatura; além disso, também há vício no que diz respeito à iniciativa da matéria.
- D) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderia constituir objeto de novo projeto mediante proposta de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara.

Questão 34

Considerando o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói (Lei Municipal nº 531/1985), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A instauração de processo administrativo disciplinar é condição essencial para aplicação de quaisquer penalidades disciplinares previstas no Estatuto.
- () O recurso contra decisão de processo administrativo, de que haja resultado referente à pena disciplinar, é denominado revisão, e seu fundamento deve ser adstrito à alegação de injustiça da penalidade aplicada ou a fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do funcionário punido.
- () A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judicial, é o retorno do funcionário ao serviço público municipal, com ressarcimento do vencimento, direito e vantagens atinentes ao cargo.

A sequência está correta em

- A) F, F, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, V, F.

Questão 35

Hércules é analista de recursos humanos da Niterói Prev e foi designado pela chefia imediata para ministrar curso de ambientação destinado a novos servidores que foram recentemente admitidos em razão de concurso público, assinale a afirmativa que contém a orientação correta que deverá ser repassada por Hércules. Considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.851/2023, que modifica o quadro de pessoal da autarquia e institui o plano de cargos e salários dos seus servidores,

- A) os cargos de provimento efetivo são vinculados exclusivamente às funções de chefia, direção e assessoramento.
- B) a Lei Municipal nº 3.851/2023 exclui expressamente a incidência do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói (Lei Municipal nº 531/1985) com relação aos seus servidores.
- C) não se aplicam à remuneração percebida pelos servidores da Niterói Prev os reajustes de vencimentos que venham a ser concedidos aos demais servidores municipais, ainda que em caráter geral.
- D) o servidor que tiver uma avaliação insatisfatória na forma regulamentada e for reprovado poderá deixar o serviço público e ser exonerado de seu cargo ou ser reconduzido ao cargo que ocupava antes de assumir o atual, observado o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório.

MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 36

De acordo com a Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa acarretarão:

- A) Indisponibilidade dos bens.
- B) Perda dos direitos políticos.
- C) Suspensão da função pública.
- D) Condenação automática de natureza penal.

Questão 37

Servidor aposentado, com dificuldade de mobilidade e acesso a seu extrato bancário, recebeu de boa-fé valores a título de benefício previdenciário em razão de erro de cálculo da Administração Pública. Diante desse caso, foi comprovada sua boa-fé objetiva, sobretudo pela demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido. De acordo com a teoria dos princípios da Administração Pública, o eventual argumento de não devolução dos valores se baseia no princípio da:

- A) Eficiência.
- B) Impessoalidade.
- C) Segurança jurídica.
- D) Presunção de inocência administrativa.

Questão 38

Entidade pública que exerça atividade de serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas, é classificada como:

- A) Autarquia.
- B) Empresa pública.
- C) Entidade paraestatal.
- D) Sociedade de economia mista.

Questão 39

De acordo com a Lei do Processo Administrativo Federal, terá prioridade na tramitação:

- A) A pessoa considerada hipossuficiente, nos termos da legislação vigente.
- B) Os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa menor de 18 anos.
- C) A pessoa com doença grave, com base em conclusão da medicina, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.
- D) Os procedimentos administrativos em que figure como parte a pessoa com deficiência, não tendo direito ao benefício se atuar apenas como interessada.

Questão 40

Um cidadão solicitou acesso a informações constantes em processo administrativo de concessão de aposentadoria de terceira pessoa. O órgão fundamentou o indeferimento na ausência de legítimo interesse para acesso a informações pessoais. De acordo com a Constituição Federal, como medida de inconformismo com a decisão, o cidadão poderá manejar:

- A) Habeas data.
- B) Mandado de injunção.
- C) Mandado de segurança.
- D) Pedido de certidão administrativa.

Questão 41

De acordo com a Constituição Federal, um cidadão português, sem residência permanente no Brasil, que peticiona perante a Administração Pública é considerado:

- A) Brasileiro nato por reciprocidade.
- B) Brasileiro naturalizado por reciprocidade.
- C) Estrangeiro, independentemente da existência de reciprocidade em favor de brasileiros.
- D) Detentor dos direitos inerentes ao brasileiro, desde que haja reciprocidade em favor de brasileiros.

Questão 42

Uma servidora pública ajuizou ação judicial para contestar a aplicação de novo regime jurídico previdenciário estabelecido por norma constitucional, questionando ato administrativo que indeferiu sua aposentadoria. O juiz, em primeira instância, reconheceu o direito de se aposentar com base no regime jurídico anterior, em observância do princípio da proteção da confiança. Nessa situação, houve o:

- A) Controle judicial difuso do ato, que pode ser realizado pelo juízo de primeiro grau.
- B) Controle judicial concentrado do ato, realizado legitimamente pelo juízo de primeiro grau.
- C) Controle administrativo do ato, por se tratar de processo administrativo de aposentadoria.
- D) Controle judicial concentrado do ato, inválido por inobservância da cláusula de reserva de plenário.

Questão 43

Um servidor público foi incumbido por seu superior hierárquico de instruir e impulsionar, de ofício, um processo administrativo. Para tanto, delegou a realização dos atos processuais. NÃO poderá ser objeto de delegação:

- A) Decisões administrativas.
- B) Edição de atos de caráter normativo.
- C) Matéria de competência concorrente do órgão.
- D) Expedição de certidão acerca de documentos de competência do órgão.

Questão 44

O vereador José apresentou projeto de lei para instituir, diante da previsão orçamentária, um programa de fornecimento de medicamentos a portadores de determinadas doenças graves devidamente atestadas por laudo médico. Nos termos da Constituição Federal e de sua adequada interpretação, tal lei deve ser considerada:

- A) Constitucional, por assegurar a proteção ao direito à vida.
- B) Constitucional, por garantir proteção ao direito de gênero.
- C) Inconstitucional, por beneficiar determinada categoria de pessoas.
- D) Inconstitucional, por acarretar desigualdade entre entes da Federação.

Questão 45

Uma lei federal estabeleceu regras que preveem a destinação de vagas em estabelecimentos escolares da iniciativa privada a pessoas com determinado nível de renda, mediante o fornecimento de bolsas de estudo integrais ou parciais. Nos termos da Constituição Federal e de sua adequada interpretação, tal medida configura:

- A) Realização do direito à educação.
- B) Criação de grupos de apoio específicos.
- C) Discriminação em relação à iniciativa privada.
- D) Realização do direito à intervenção econômica.

Questão 46

Pedro tomou ciência de que o município X, por meio de seus administradores eleitos, estaria realizando obras prejudiciais ao erário, mediante a prática de atos considerados ilegais. Nos termos da Constituição Federal, em casos semelhantes, é possível propor ação popular, ajuizada por:

- A) Pessoa.
- B) Cidadão.
- C) Sindicato.
- D) Associação.

Questão 47

O município VT, por meio de projeto de lei de iniciativa do prefeito, pretende criar autarquia para prestação de determinados serviços locais. Durante os debates no âmbito do Legislativo municipal, surgiu a discussão sobre a melhor opção: a constituição de uma empresa pública ou de uma sociedade de economia mista. Nos termos da lei e da doutrina do Direito Administrativo, é correto afirmar que a autarquia tem:

- A) Origem federal.
- B) Natureza jurídica de direito público.
- C) Natureza jurídica de direito privado.
- D) Criação por ato administrativo do Poder Executivo.

Questão 48

O município de CX, administrado pelo prefeito Eduardo, recebe verbas federais destinadas à execução de determinados projetos, bem como recursos provenientes de transferências reguladas constitucionalmente. Por força das normas vigentes, servidores do Tribunal de Contas da União (TCU) notificam os administradores locais sobre a gestão dos valores recebidos. Nos termos da Constituição Federal, no caso em tela, o TCU atua em consonância com o Congresso Nacional, realizando a fiscalização:

- A) Interna.
- B) Externa.
- C) Especial.
- D) Extraordinária.

Questão 49

Edésio é servidor municipal, ocupando o cargo de gerente e, por força de suas atribuições, teve ciência da prática de atos dolosos que causaram danos ao patrimônio do município. Nos termos da lei vigente, caso os atos contenham indícios de improbidade administrativa, a autoridade que tomar conhecimento dos fatos deverá representar, para as providências necessárias, ao:

- A) Juiz de Direito.
- B) Ministério Público.
- C) Delegado de Polícia.
- D) Secretário competente.

Questão 50

A Assembleia Legislativa do Estado TT aprovou uma lei que institui um cadastro estadual de usuários e dependentes de drogas. Diante disso, foi proposta uma ação direta de inconstitucionalidade contra a referida norma. Conforme interpretação adequada à luz dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, houve violação do direito à:

- A) Segurança.
- B) Intimidade.
- C) Moralidade.
- D) Publicidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 51

Uma autarquia municipal de previdência, responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), começou a desenvolver duas ações em abril de 2025:

Ação 1: Realização anual do recadastramento dos aposentados e pensionistas, com o objetivo de evitar pagamentos indevidos. Essa atividade segue um cronograma fixo, conta com procedimentos padronizados e envolve os mesmos recursos humanos e tecnológicos.

Ação 2: Iniciativa inédita de desenvolver e implantar um novo sistema de gestão previdenciária integrada. Essa atividade possui prazo de doze meses, orçamento aprovado, equipe específica e entregáveis definidos.

Considerando o contexto apresentado, a ação 1 e a ação 2 correspondem, respectivamente a:

- A) Projeto – projeto.
- B) Processo – projeto.
- C) Projeto – processo.
- D) Processo – processo.

Questão 52

Uma autarquia municipal de previdência, responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), decidiu implementar um projeto de modernização tecnológica para integrar os seus sistemas de gestão atuarial, arrecadação e cadastro de beneficiários. O projeto foi dividido em fases, cada uma com características distintas quanto aos objetivos, entregas e papéis gerenciais. Para garantir o sucesso da iniciativa, a equipe de gestão de projetos foi orientada a respeitar as etapas do ciclo de vida de projetos conforme os princípios do *Project Management Institute (PMI)*, de modo a assegurar a governança, a rastreabilidade e a efetividade dos recursos aplicados. Com base no contexto apresentado e nos fundamentos do ciclo de vida de projetos, relacione adequadamente cada etapa do projeto à característica principal que a representa.

1. Iniciação.
 2. Planejamento.
 3. Execução.
 4. Encerramento.
- () Elaboração da Estrutura Analítica do Projeto (EAP), definição de escopo, cronograma e plano de riscos.
 - () Formalização da aceitação dos entregáveis, liberação de recursos e documentação de lições aprendidas.
 - () Definição do termo de abertura do projeto e identificação das partes interessadas.
 - () Integração de sistemas, alocação de recursos, comunicação com *stakeholders* e acompanhamento da realização das atividades planejadas.

A sequência está correta em

- A) 1, 3, 2, 4.
- B) 2, 4, 1, 3.
- C) 3, 2, 4, 1.
- D) 4, 1, 3, 2.

Questão 53

Uma autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) está passando por mudanças em sua estrutura organizacional. A alta direção busca implantar um modelo de gestão mais eficiente e orientada por resultados, adotando práticas de planejamento organizacional mais robustas. Nesse contexto, a alta direção instituiu uma equipe técnica para revisar o planejamento institucional e, durante as discussões, foi identificada a necessidade de elaborar:

- um plano para garantir o equilíbrio atuarial e financeiro da autarquia, considerando projeções demográficas e econômicas, com metas de longo prazo;
- um plano detalhado de programas e projetos para melhorar a arrecadação e a gestão dos recursos previdenciários, com metas de médio prazo; e
- um plano anual contendo cronogramas trimestrais, responsáveis e recursos alocados para ações de capacitação das equipes de cadastramento e fiscalização, com metas específicas de curto prazo.

Com base na situação descrita, analise as afirmativas a seguir.

- I. O plano de equilíbrio atuarial e financeiro pode ser caracterizado como um plano estratégico, por definir diretrizes de longo prazo, de natureza abrangente e voltadas ao posicionamento institucional.
- II. O plano que detalha ações para melhoria da arrecadação e da gestão dos recursos se configura como um plano operacional, já que define que elas são específicas e imediatas para a execução de rotinas administrativas.
- III. O plano anual elaborado para as ações de capacitação das equipes de cadastramento e fiscalização representa um plano tático, pois se trata de metas de médio prazo, com natureza setorial.
- IV. Os planos estratégico, tático e operacional visam atender o objetivo de garantir a sustentabilidade do fundo previdenciário e estão articulados entre si.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 54

O Instituto de Previdência do Município X (XPREV) adotou a metodologia 5W2H para o seu Plano de Ação 2024/2025. Em relação ao Objetivo Estratégico 1 – Sustentabilidade do sistema previdenciário, observa-se que:

- será feito o acompanhamento contínuo do mercado, buscando novas oportunidades de aplicação para diversificar a carteira de investimentos e mitigar os riscos de mercado;
- as ações têm como motivo manter o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, contribuindo para a melhoria contínua do desempenho da autarquia no mercado;
- serão realizadas análises de novos fundos, emissão mensal de relatórios do Comitê de Investimentos com avaliação da política e das metas de aplicação, promoção de capacitações e do fortalecimento dos suportes técnicos na área de investimentos, além da assinatura de plataforma especializada em mercado financeiro;
- reuniões semanais serão feitas entre o Departamento de Administração e Finanças (DAF) e o Comitê de Investimentos para análise do cenário econômico interno e externo;
- as ações serão realizadas na sede da XPREV e conduzidas sob a responsabilidade do Departamento de Administração e Finanças (DAF); e
- o custo estimado é de R\$ 5.000,00, abrangendo a assinatura de um *site* especializado em análises de mercado financeiro, aquisição de material de consumo e capacitações.

Considerando o excerto de texto e os elementos do Plano de Ação 5W2H descritos, assinale a alternativa que corresponde ao *Why* (Por que fazer?).

- A) Manter o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, contribuindo para a melhoria contínua do desempenho da autarquia no mercado.
- B) Analisar novos fundos e relatórios mensais do Comitê de Investimentos, bem como promover capacitações dos suportes técnicos na área de investimentos.
- C) Acompanhar continuamente o mercado, buscando novas oportunidades de aplicação para diversificar a carteira de investimentos e mitigar os riscos de mercado.
- D) Realizar reuniões semanais entre o Departamento de Administração e Finanças (DAF) e o Comitê de Investimentos para análise do cenário econômico interno e externo.

Questão 55

PDCA (*Plan, Do, Check, Act*) é um iterativo de gestão utilizado para melhoria contínua e controle de processos e produtos. É uma ferramenta baseada na repetição, com quatro etapas: Planejar, Fazer/Executar, Checar/Verificar e Agir.

(VIEIRA FILHO, G. *Gestão da Qualidade Total: uma abordagem prática*. Campinas: Alínea, 2019.)

Uma autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos identificou, por meio de auditoria interna, fragilidades nos processos de cadastramento anual de aposentados e pensionistas. O relatório apontou uma alta taxa de inconsistências cadastrais, longos prazos para regularização e baixa adesão às campanhas de atualização de dados. Para enfrentar o problema, a alta direção decidiu utilizar a ferramenta do ciclo PDCA, tendo sido formada uma equipe técnica multidisciplinar que conduziu as seguintes ações:

- realização de diagnóstico das causas das inconsistências, com base em dados de anos anteriores;
- redefinição do fluxo de comunicação com os beneficiários e treinamento das equipes responsáveis pelo atendimento;
- monitoramento mensal dos indicadores de adesão e inconsistência; e
- adoção de medidas corretivas e padronização de procedimentos a partir dos resultados observados.

Considerando o excerto do texto, a situação hipotética apresentada e os fundamentos do ciclo PDCA, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A análise de dados históricos e a identificação das causas do problema correspondem à fase do Planejamento (*Plan*) do ciclo, por se tratarem de atividades voltadas ao diagnóstico e ao planejamento das ações.
- () A redefinição do fluxo de comunicação e os treinamentos estão inseridos na fase de Checar (*Check*), por fazerem parte da avaliação dos resultados das ações implementadas.
- () O monitoramento dos indicadores está relacionado à fase de Checar (*Check*), em que os resultados são comparados às metas estabelecidas no planejamento.
- () A padronização dos procedimentos com base nos resultados monitorados está vinculada à fase de Agir (*Act*), momento de institucionalizar soluções ou realizar ajustes nos planos.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, F.
- B) F, V, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) V, F, V, V.

Questão 56

O gerente de projetos desempenha um papel crítico na liderança de uma equipe para atingir os objetivos estabelecidos no projeto. Esse papel é visível ao longo de todas as fases do ciclo de vida do projeto. Em algumas organizações, o gerente de projetos pode se envolver desde as atividades anteriores à iniciação do projeto, como análise de viabilidade, consultoria a líderes executivos, elaboração de *business case* e suporte à definição do portfólio. Em determinados contextos, também pode atuar no acompanhamento da realização dos benefícios após o encerramento do projeto. O papel do gerente de projetos é adaptável e varia conforme as necessidades da organização e do projeto.

(PMI – PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. *Guia PMBOK®: Um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos*. 6 ed. Newtown Square, PA: PMI, 2017.)

Considerando o excerto do texto apresentado e os princípios do Guia PMBOK® (2017), assinale a alternativa que melhor caracteriza o papel do gerente de projetos.

- A) É padronizado em todas as organizações, não sendo influenciado pelo tipo de projeto ou pela estratégia institucional.
- B) Limita-se à coordenação técnica das entregas do projeto, sem se envolver em aspectos estratégicos ou na verificação dos resultados alcançados.
- C) Restringe-se à fase de execução do projeto, sendo substituído por outros profissionais nas etapas de planejamento estratégico e avaliação de resultados.
- D) Pode atuar de forma ampla e adaptável, desde a análise prévia à iniciação até o acompanhamento dos benefícios gerados após o encerramento do projeto.

Questão 57

Considerando as boas práticas de atendimento ao público, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A padronização de condutas e posturas evita tratamento desigual e fortalece a equidade e transparência institucional.
- B) O atendimento público é um ato de comunicação institucional que exige domínio técnico, postura ética e conduta empática.
- C) A impessoalidade deve ser total, evitando qualquer forma de acolhimento, pois a neutralidade emocional garante maior eficiência.
- D) A escuta ativa e o uso de linguagem acessível são pilares do atendimento de excelência, permitindo identificar e responder adequadamente às demandas dos cidadãos.

Questão 58

Segundo Heloisa Liberalli Bellotto, a etapa de tratamento documental no ciclo de vida dos documentos arquivísticos abrange uma série de procedimentos técnicos que se relacionam diretamente com a racionalização da produção e do uso da informação.

(BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes. Tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.*)

De acordo com o contexto, sobre o que representa uma compreensão crítica e integrada sobre o papel do preparo, preenchimento e tratamento de documentos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A classificação e a descrição documental são etapas independentes do tratamento documental e devem ser conduzidas apenas por historiadores especializados.
- B) O preparo e o preenchimento adequados dos documentos contribuem para a padronização, autenticidade e eficiência na recuperação da informação ao longo de seu ciclo de vida.
- C) A racionalização da produção documental exige que o tratamento dos documentos ocorra desde as fases iniciais, respeitando os critérios de autenticidade, integridade e acesso.
- D) O tratamento documental é parte integrante da gestão documental e deve ser planejado desde a criação dos documentos, pois envolve ações que impactam diretamente na recuperação da informação, avaliação e destinação final.

Questão 59

Uma determinada instituição educacional identificou a necessidade de algumas implementações; analise-as.

- I. Implantar um novo sistema de gestão escolar digital para melhorar o controle da frequência e notas dos alunos.
- II. Capacitar os colaboradores para uso do novo sistema, de modo a alinhar suas habilidades às novas exigências tecnológicas.
- III. Mapear os processos internos para garantir que a implantação do sistema respeite a lógica operacional existente.
- IV. Monitorar os impactos da implantação com base em metas como redução da evasão e aumento do desempenho dos alunos.

Com base nos princípios da administração e nos modelos de gestão contemporâneos, associe corretamente cada uma das implementações ao modelo de gestão mais adequado.

- A) I. Gestão por Projetos II. Gestão por Competências III. Gestão por Processos IV. Gestão por Resultados.
- B) I. Gestão por Processos II. Gestão por Projetos III. Gestão por Competências IV. Gestão por Resultados.
- C) I. Gestão por Resultados II. Gestão por Processos III. Gestão por Competências IV. Gestão por Projetos.
- D) I. Gestão por Competências II. Gestão por Resultados III. Gestão por Projetos IV. Gestão por Processos.

Questão 60

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 140), protocolo é o “serviço encarregado do recebimento, registro, classificação, distribuição, controle da tramitação e expedição de documentos”. Com base nas boas práticas de protocolo e gestão documental na administração pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Documentos recebidos fisicamente devem ser analisados quanto à integridade antes do registro e, se necessário, devolvidos ou registrados com ressalva.
- B) É recomendável que todo documento enviado, seja físico ou digital, tenha um número de controle ou referência, possibilitando o rastreamento em sistemas internos.
- C) O registro de entrada de documentos deve conter informações como data de recebimento, número de protocolo, origem, assunto e identificação do responsável pelo recebimento.
- D) O envio de documentos oficiais internos, por envolver apenas órgãos da mesma instituição, dispensa formalização em sistema de protocolo, podendo ser feito por *e-mail* institucional informal.

Questão 61

Os princípios arquivísticos são normas fundamentais que orientam a organização e a gestão de arquivos, essenciais para diferenciar a Arquivologia de outras ciências documentais, como a Biblioteconomia.

(BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes. Tratamento documental. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.*)

Considerando os princípios arquivísticos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A tabela de temporalidade estabelece os prazos de guarda e a destinação dos documentos, considerando valores primário e secundário.
- B) A classificação funcional orienta a organização de documentos com base em sua estrutura física e tamanho, facilitando o arquivamento físico.
- C) A digitalização exige que os documentos digitais tenham validade jurídica e integridade assegurada por mecanismos como a certificação digital.
- D) O princípio da proveniência determina que os documentos sejam organizados de acordo com sua origem institucional, mantendo o vínculo com as atividades que os geraram.

Questão 62

A atenção às necessidades, expectativas e níveis de satisfação dos usuários se torna um diferencial estratégico para empresas e instituições públicas. Sem a existência e participação ativa dos cidadãos ou clientes, a razão de ser dessas organizações perde o sentido. Por isso, é fundamental conhecer, pesquisar e compreender o comportamento, as insatisfações e as tendências dos públicos atendidos (ENAP, 2005). Sobre o atendimento ao público, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A escuta ativa ajuda a identificar corretamente a demanda do cidadão.
- B) A clareza na comunicação contribui para a compreensão do usuário e evita retrabalho.
- C) O servidor público deve atender com empatia e respeito, independentemente da situação.
- D) A impessoalidade no atendimento significa que o servidor deve evitar contato humano para manter neutralidade.

Questão 63

Analisar a Tabela de Temporalidade de Documentos, considerando os prazos de guarda e destinação final dos documentos. Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa a seguir.

Código	Descritor do código	Prazos de guarda		Destinação final
		Fase corrente	Fase intermediária	
026.6	PENSÃO POR MORTE			
026.61	PENSÃO PROVISÓRIA. PENSÃO TEMPORÁRIA	Enquanto vigora	5 anos	Eliminação
026.62	PENSÃO VITALÍCIA	5 anos	95 anos	Eliminação
026.9	OUTRAS AÇÕES REFERENTES À CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DE SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL			
026.91	AUXÍLIO RECLUSÃO	5 anos	52 anos	Eliminação
027	APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR			
027.1	AVERIGUAÇÃO DE DENÚNCIAS	5 anos	95 anos	Guarda permanente
027.2	APLICAÇÃO DE PENALIDADES DISCIPLINARES	5 anos	95 anos	Guarda permanente
027.3	AJUSTAMENTO DE CONDUTA	5 anos	52 anos	Eliminação

(ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. p. 88)

“O documento ‘pensão vitalícia’ deverá permanecer no arquivo _____ por cinco anos; o relativo à pensão _____, enquanto vigorar. A destinação final do documento de _____ é a eliminação; porém, ele deve ser mantido no arquivo _____ por cinquenta e dois anos. Apenas documentos do subgrupo 027 irão compor o arquivo _____.”

- A) corrente / provisória / auxílio reclusão / intermediário / permanente
- B) corrente / temporária / auxílio reclusão / permanente / intermediário
- C) intermediário / temporária / ajustamento de conduta / corrente / permanente
- D) permanente / provisória / ajustamento de conduta / intermediário / permanente

Questão 64

Maria, servidora pública municipal que atua na guarda e organização de documentos previdenciários, foi procurada por Joaquim, que solicitou acesso à sua Declaração de Tempo de Contribuição, necessária para seu processo de aposentadoria. Após localizar o documento, ela seguiu os procedimentos para fornecer a cópia. Considerando a Lei nº 3.084/2014 do município de Niterói, que disciplina sobre o acesso à informação, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, e legislação correlata, assinale a classificação da conduta de Maria.

- A) Passível de advertência, pois Maria não seguiu o devido processo legal ao divulgar indevidamente informação sigilosa.
- B) Adequada, pois o cidadão tem direito de acesso à informação pessoal de seu interesse, e a servidora deve garantir esse direito com base na legislação.
- C) Inadequada, pois documentos previdenciários são de acesso restrito da administração pública e não podem ser fornecidos ao cidadão sem consulta prévia ao INSS, quem pode fornecer cópia aos titulares.
- D) Irregular, pois Maria deveria ter exigido que Joaquim protocolasse a solicitação por meio eletrônico via sistema de informação ao cidadão e aguardasse o tempo previsto em lei para recebimento de devolutiva.

Questão 65

Ao desenvolver seu trabalho, o arquivista do protocolo se encontra desempenhando uma função essencial no controle e organização dos documentos. Considerando os princípios da arquivologia e os procedimentos de gestão documental, assinale a alternativa que descreve corretamente a principal função do protocolo.

- A) Registrar, classificar, distribuir e controlar a tramitação de documentos no âmbito da instituição.
- B) Identificar os documentos com valor secundário e providenciar sua digitalização para preservação.
- C) Avaliar e eliminar documentos de valor histórico para otimizar o espaço físico nos arquivos permanentes.
- D) Realizar a indexação dos documentos já arquivados para facilitar o acesso à informação nos arquivos correntes.

Questão 66

A preservação e a conservação de documentos de arquivo são práticas essenciais para garantir a longevidade e a integridade das informações registradas ao longo do tempo. Enquanto a preservação envolve medidas preventivas que visam proteger os documentos contra agentes de deterioração físicos, químicos e biológicos, a conservação se refere às ações diretas aplicadas para reparar ou estabilizar materiais já danificados. Essas práticas são fundamentais para manter o valor histórico, legal e administrativo dos documentos, assegurando seu acesso pelas gerações futuras. Ambiente controlado, manuseio adequado e políticas de conservação bem definidas são elementos-chave nesse processo. Sobre a preservação e a conservação de documentos de arquivo, uma das principais causas da deterioração química dos documentos em papel nos acervos de arquivos é:

- A) Uso de papel reciclado, que possui menor resistência física.
- B) Presença de acidez e oxidação, que rompem as ligações celulósicas da fibra de papel.
- C) Umidade relativa do ar elevada e falta de ventilação, que favorecem o crescimento de fungos e bactérias.
- D) Cristalização de sais solúveis oriundos da poluição atmosférica, que promove a delaminação das camadas de revestimento do papel.

Questão 67

Uma autarquia municipal – gestora do respectivo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), buscando modernizar a gestão de seus materiais, implementou diversas ações relacionadas às etapas de classificação de materiais. Nesse sentido, relacione adequadamente as práticas descritas às respectivas etapas.

1. Catalogação.
 2. Simplificação.
 3. Identificação.
 4. Normalização.
 5. Codificação.
- () Levantamento detalhado de todos os materiais existentes no almoxarifado, com listagem por tipo, quantidade e localização.
 - () Estabelecimento de diretrizes internas para o uso seguro de materiais de limpeza, baseando-se nas orientações técnicas da ABNT.
 - () Criação de símbolos alfanuméricos para cada item cadastrado no sistema de gestão de almoxarifado.
 - () Substituição de diversos modelos de cartucho de impressora por um único modelo compatível com todas as empresas da instituição.
 - () Elaboração de uma ficha técnica para cada material, contendo descrição minuciosa de características por cor, tamanho, composição e aplicação.

A sequência está correta em

- A) 1, 4, 5, 2, 3.
- B) 2, 5, 4, 3, 1.
- C) 3, 4, 5, 1, 2.
- D) 4, 5, 2, 3, 1.

Questão 68

Uma autarquia municipal, responsável pela gestão do respectivo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), realizou, ao final do exercício, um inventário físico de seus materiais e equipamentos, conforme previsto nas normas de controle patrimonial da administração pública. Com base nos objetivos do inventário físico, analise os itens a seguir.

- I. O inventário físico visa ajustar os saldos registrados nos sistemas de controle patrimonial com os saldos efetivamente encontrados nas instalações de armazenagem da autarquia.
- II. A partir dos resultados do inventário, é possível identificar materiais em estoque que estejam deteriorados, obsoletos ou em quantidade desnecessária, permitindo ações de gerenciamento.
- III. A finalidade do inventário físico é avaliar a conformidade jurídica dos processos licitatórios de aquisição de materiais e serviços da autarquia.
- IV. O inventário físico tem o objetivo de registrar a produtividade individual dos servidores do almoxarifado para fins de progressão funcional.
- V. Um dos objetivos do inventário físico é levantar a situação de uso e conservação de equipamentos permanentes, identificando necessidades de manutenção e eventual descarte.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) III e V.
- C) I, II e V.
- D) II, III e IV.

Questão 69

Uma autarquia municipal do estado do Rio de Janeiro, gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), publicou edital para a contratação de serviços de engenharia, como manutenção predial e adequações estruturais em sua sede administrativa, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais. Com base na referida lei, NÃO se trata de uma exigência compatível com a fase de habilitação dos licitantes:

- A) Comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, inclusive perante a Receita Federal, a Seguridade Social, o FGTS e a Justiça do Trabalho.
- B) Comprovação de qualificação econômico-financeira por meio de balanço patrimonial e demonstrações contábeis que evidenciem a boa situação financeira da empresa.
- C) Verificação da regularidade da proposta vencedora e da documentação do licitante mais bem classificado, como condição para a adjudicação do objeto e homologação do certame.
- D) Comprovação da qualificação técnica mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, compatíveis com o objeto da licitação.

Questão 70

João é servidor público em uma autarquia municipal – gestora do respectivo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – e, atualmente, lidera o projeto de modernização da gestão dos almoxarifados da entidade. Para orientar suas ações, ele busca conhecer as principais diretrizes de uma boa política de gestão de estoques no setor público. Considerando as boas práticas de gestão de estoques aplicáveis a órgãos públicos, NÃO corresponde a uma diretriz adequada:

- A) Estabelecer níveis mínimos e máximos de estoque para cada material, considerando a sazonalidade do consumo e eventuais variações de demanda.
- B) Determinar a quantidade e a localização dos depósitos e dos almoxarifados, bem como especificar os materiais que deverão ser mantidos em cada um.
- C) Definir metas claras quanto ao prazo de atendimento das requisições de materiais pelas unidades internas, utilizando esse indicador para avaliação do desempenho logístico.
- D) Adotar estratégias de especulação financeira com materiais, adquirindo lotes de menor custo com o objetivo de obter lucro futuro por meio da valorização dos ativos no mercado.

Questão 71

Considerando os princípios e objetivos da seguridade social, analise as afirmativas a seguir.

- I. Um dos princípios norteadores da seguridade social citados expressamente na Constituição Federal é o da solidariedade; tal princípio fica evidente, por exemplo, ao se analisar a assistência social, na qual uma geração ativa contribui para custear as gerações passadas, que estão inativas.
- II. A organização da seguridade social tem como um de seus objetivos o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- III. No que concerne à previdência social, é prescindível a observância ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, assim entendido como aquele que busca estabelecer um sistema que correlacione benefícios e serviços da previdência social com fontes de custeio, visando à garantia da continuidade e certeza de longo prazo.

De acordo com o entendimento doutrinário dominante e as disposições constitucionais sobre o assunto, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 72

Em um seminário direcionado a entidades gestoras de previdência social, um palestrante abordou as mudanças promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, especificamente no que toca ao sistema de seguridade social e seu custeio. Segundo o palestrante, a referida Emenda determinou que, em 2027, as contribuições a seguir indicadas serão extintas por meio de revogação. Ocorre, contudo, que uma delas NÃO foi contemplada pelas mudanças da EC nº 132/2023; assinale-a.

- A) Sobre a receita de concursos de prognósticos.
- B) O importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
- C) O empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita.
- D) O empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre o faturamento.

Questão 73

Jonas, técnico previdenciário da Niterói Prev, foi solicitado por sua chefia imediata a elaborar cartilha informativa, destinada a novos servidores, com orientações gerais sobre o tema da seguridade social. Ao pesquisar sobre o assunto na rede mundial de computadores, Jonas utilizou como fonte para elaboração do documento um artigo jurídico publicado em revista virtual de qualidade acadêmica questionável. Marcelo, seu chefe, ao revisar afirmações encontradas na cartilha, a seguir colocadas, apontou que uma delas é **INCORRETA**; assinale-a.

- A) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- B) A seguridade social é financiada exclusivamente mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- D) Dentre os objetivos da organização da seguridade social, estão a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e a equidade na forma de participação no custeio.

Questão 74

Tício e Mévio são servidores da Prefeitura de Niterói, respectivamente lotados nas Secretarias de Assistência Social e Saúde. Em conferência promovida pelo Município, durante um *coffee break*, discutiam sobre os reflexos do sistema de seguridade social estabelecido constitucionalmente em suas áreas de atuação. Tício afirmou que a competência para legislar sobre seguridade social é privativa da União, enquanto que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre os entes federativos (incluindo os Municípios, quando se tratar de interesse local). Mévio, por sua vez, afirmou que o acesso aos direitos relativos à assistência social depende da contribuição do indivíduo à seguridade social. Da análise do diálogo entre os servidores, conclui-se que:

- A) Somente Tício está correto.
- B) Somente Mévio está correto.
- C) Tício e Mévio estão corretos.
- D) Tício e Mévio estão equivocados.

Questão 75

Considerando as disposições constitucionais sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, na hipótese de ser segurado de Regime Próprio de Previdência Social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.
- () O Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- () É vedado em qualquer caso o estabelecimento de idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, considerando o princípio da isonomia.

A sequência está correta em

- A) F, F, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, V, F.

Questão 76

Um advogado da área de Direito Previdenciário participou de programa de televisão, sendo entrevistado a respeito dos regimes previdenciários nacionais. O causídico afirmou que o caráter contributivo, tanto do Regime Geral (RGPS) quanto do Regime Próprio (RPPS), constou expressamente do texto constitucional de 1988, desde sua entrada em vigor; afirmou, também, que o financiamento dos sistemas se dá exclusivamente por meio de impostos. Sobre as falas descritas, é correto afirmar que o advogado está:

- A) Equivocado em todas as informações prestadas.
- B) Correto apenas em relação ao financiamento dos sistemas, equivocando-se quanto às demais falas realizadas.
- C) Correto ao afirmar que o caráter contributivo do RGPS constou expressamente do texto original de 1988, mas está equivocado quanto às demais informações.
- D) Correto ao afirmar que ambos os regimes tiveram o caráter contributivo expressamente mencionados no texto original da Constituição, equivocando-se apenas com relação ao financiamento dos sistemas.

Questão 77

Francisco é considerado agente público, nos termos da legislação pertinente, estando vinculado a um único ente federativo. Segundo a previsão constitucional, é correto afirmar que, a ele, aplicar-se-á o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), caso:

- A) Ocupe apenas um emprego público, de caráter temporário.
- B) Exerça simultaneamente um cargo efetivo e outro temporário.
- C) Esteja exercendo mandato eletivo e não seja detentor de outro cargo público.
- D) Seja ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Questão 78

Analise as afirmativas a seguir.

- I. No que concerne ao tema “previdência social”, a competência legislativa da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais sobre o assunto.
- II. Em se tratando do regime próprio, é assegurado o reajustamento dos benefícios para lhes preservar, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- III. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 79

O art. 40, § 4º, da Constituição de 1988, estabelece a regra de que é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O mesmo dispositivo, porém, ressalva a situação especial de indivíduos pertencentes a determinados grupos. NÃO representa uma dessas ressalvas, conforme o texto constitucional expresso:

- A) Ocupantes do cargo de agente penitenciário.
- B) Ocupantes do cargo de professor que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação superior.
- C) Servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- D) Servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

Questão 80

João, 50 anos, possui longa carreira de trabalho, tendo transitado entre a iniciativa privada e o serviço público em diferentes momentos. Sobre a situação de João, é correto afirmar que:

- A) A despeito de a Constituição permitir a contagem recíproca de tempo de contribuição, veda a compensação financeira entre regimes.
- B) Embora a Constituição não preveja em seu texto a possibilidade de contagem recíproca, tal direito decorre de entendimento jurisprudencial consolidado dos Tribunais Superiores.
- C) A Constituição não permite a contagem recíproca do tempo de contribuição entre Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de diferentes entes para fins de aposentadoria.
- D) A Constituição permite a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para fins de aposentadoria, e, destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A aplicação das provas terá duração de quatro horas para os cargos de nível técnico e médio, seis horas para o cargo de Procurador Autárquico e cinco horas para os demais cargos de nível superior. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e o preenchimento da Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver.
5. O caderno de provas é composto por oitenta questões.
6. As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver, devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir de noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar do local de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos ao horário previsto para o seu término.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.